

# Property Rights, Land and Territory in the European Overseas Empires

Direitos de Propriedade, Terra e Território nos Impérios  
Ultramarinos Europeus

Edited by José Vicente Serrão  
Bárbara Direito, Eugénia Rodrigues  
and Susana Münch Miranda

© 2014 CEHC-IUL and the authors.

All rights reserved.

Title: Property Rights, Land and Territory in the European Overseas Empires.

Edited by: José Vicente Serrão, Bárbara Direito, Eugénia Rodrigues, Susana Münch Miranda.

Editorial Assistant: Graça Almeida Borges.

Year of Publication: 2014.

Online Publication Date: April 2015.

Published by: CEHC, ISCTE-IUL. Avenida das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa, Portugal. Tel.: +351 217903000. E-mail: [cehc@iscte.pt](mailto:cehc@iscte.pt).

Type: digital edition (e-book).

ISBN: 978-989-98499-4-5

DOI: [10.15847/cehc.prlteoe.945X000](https://doi.org/10.15847/cehc.prlteoe.945X000)

Cover image: “The home of a ‘Labrador’ in Brazil”, by Frans Post, c. 1650-1655 (Louvre Museum).

This book incorporates the activities of the FCT-funded Research Project (PTDC/HIS-HIS/113654/2009)  
“Lands Over Seas: Property Rights in the Early Modern Portuguese Empire”.

# Contents | Índice

<b>Introduction</b>	
Property, land and territory in the making of overseas empires <i>José Vicente Serrão</i>	7
<b>Part I Organisation and perceptions of territory Organização e representação do território</b>	
1. Ownership and indigenous territories in New France (1603-1760) <i>Michel Morin</i>	21
2. Brazilian landscape perception through literary sources (16th-18th centuries) <i>Ana Duarte Rodrigues</i>	31
3. Apropriação econômica da natureza em uma fronteira do império atlântico português: o Rio de Janeiro (século XVII) <i>Maria Sarita Mota</i>	43
4. A manutenção do território na América portuguesa frente à invasão espanhola da ilha de Santa Catarina em 1777 <i>Jeferson Mendes</i>	55
5. Urbanística e ordenamento do território na ocupação do Atlântico: as ilhas como laboratório <i>Antonieta Reis Leite</i>	67
6. Do mar à serra: a apropriação do solo na ilha da Madeira <i>Nelson Veríssimo</i>	81
7. Cartografia de uma propriedade na ilha de São Miguel: as Furnas de José do Canto (século XIX) <i>Pedro Maurício Borges</i>	89
<b>Part II European institutions in colonial contexts Instituições europeias em contextos coloniais</b>	
8. Bens, direitos e rendimentos no reino e na América portuguesa: o morgado e a capitania (século XVI) <i>Maria Leonor García da Cruz</i>	99
9. Capelas e terras de ónus de missa na ilha do Fogo, Cabo Verde (séculos XVI-XVIII) <i>Maria João Soares</i>	115
10. Valorização e exploração do património vinculado em São Miguel (séculos XVII-XVIII) <i>José Damião Rodrigues</i>	123
11. História da propriedade eclesiástica nos Açores: o património do convento de São João de Ponta Delgada (século XVII) <i>Graça Delfim</i>	135
12. A exploração da terra sob o regime da <i>colônia</i> no arquipélago da Madeira <i>João Palla Lizardo</i>	145
13. A persistência dos sistemas tradicionais de propriedade fundiária em Damão e Baçaim (século XVI) <i>Luis Frederico Dias Antunes</i>	155
14. Property rights and social uses of land in Portuguese India: the Province of the North (1534-1739) <i>Susana Münch Miranda</i>	169

<b>Part III</b>	<b>Colonial land policies</b>	
	<b>Políticas de terras coloniais</b>	
15.	The Portuguese land policies in Ceylon: on the possibilities and limits of a process of territorial occupation <i>José Vicente Serrão</i>	183
16.	Influência política, ocupação territorial e administração (in)direta em Timor (1702-1914) <i>Manuel Lobato</i>	197
17.	A expulsão dos jesuítas e a secularização da propriedade da terra no Pará do Setecentos <i>José Alves de Souza Junior</i>	211
18.	Conquest, occupation, colonialism and exclusion: land disputes in Angola <i>Mariana Pinho Candido</i>	223
19.	Labour exploitation and the question of land rights in colonial Malawi (Nyasaland) <i>Davemonie Sawasawa</i>	235
20.	Regime de terras e cultivo de algodão em dois contextos coloniais: Uganda e Moçambique (1895-1930) <i>Albert Farré</i>	245
21.	African access to land in early 20th century Portuguese colonial thought <i>Bárbara Direito</i>	255
<b>Part IV</b>	<b>Property, society and conflict</b>	
	<b>Propriedade, sociedade e conflito</b>	
22.	Traders, middlemen, smugglers: the Chinese and the formation of colonial Timor (18th-19th centuries) <i>Paulo Jorge de Sousa Pinto</i>	267
23.	As repercussões do elitismo colonial português na exploração da terra em Moçambique (século XX) <i>Martinho Pedro</i>	279
24.	Direito à terra e ao território em Moçambique no período colonial e após a independência <i>José Gil Vicente</i>	291
25.	Land law and polygamy in the Bamiléké tribe in Cameroon <i>Mathurin Clovis Tadonkeng</i>	305
26.	As dívidas do açúcar na capitania de Pernambuco (século XVIII) <i>Teresa Cristina de Novaes Marques</i>	313
27.	Territorialidade e sentidos da posse da terra na Zona da Mata de Pernambuco <i>Ana Luísa Micaelo</i>	325
28.	The transformation of the property regime in 19th century Argentina <i>Federico Benninghoff Prados</i>	335

---

## Cartografia de uma propriedade na ilha de São Miguel: as Furnas de José do Canto (século XIX)

Pedro Maurício Borges<sup>1</sup>

*Abstract:* This text intends to demonstrate how to map a mid-nineteenth century property and how to identify the limits of a property in the cases where the property has no map. The case study is focused in the property of the rich landowner José do Canto (1820-1898), located in Lagoa das Furnas, in the island of São Miguel, Azores. The aim of this study is to show the investigative process across cartography, literary sources and landscape analysis in situ, in a synthesis between document analysis and morphological interpretation of the territory. The research gathered primary sources in the public and private archives of José do Canto, and had as its disciplinary field the History of Landscape.

*Resumo:* Este texto é sobre como reconstituir cartograficamente uma propriedade de meados do século XIX, ou, na ausência de um mapa de propriedade, a que metodologias recorrer para identificar os lugares e limites de uma propriedade, no caso a apresentar, a de José do Canto na Lagoa das Furnas, São Miguel, Açores. O objectivo é mostrar o processo de pesquisa cruzada entre a cartografia, as fontes literárias e a análise da paisagem *in loco*, que permitiu recuperar a memória toponímica, numa síntese entre a análise documental e a interpretação morfológica do território. A investigação recolheu fontes primárias nos arquivos documentais públicos e privados de José do Canto, e teve a História da Paisagem e do Território como campo disciplinar.

---

<sup>1</sup> Universidade de Coimbra, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Departamento de Arquitectura, Portugal, [pmb.arquitecto@gmail.com](mailto:pmb.arquitecto@gmail.com).

José Vicente Serrão, Bárbara Direito, Eugénia Rodrigues, Susana Münch Miranda (eds.). *Property Rights, Land and Territory in the European Overseas Empires*. Lisbon: CEHC-IUL, 2014. ISBN: 978-989-98499-4-5.

© 2014 CEHC-IUL and Pedro Maurício Borges. Chapter DOI:10.15847/cehc.prkteoe.945X007.

José do Canto (1820-1898) era filho segundo do morgado José Caetano Dias do Canto e Medeiros (1786-1858), membro destacado da elite terratenente da ilha de S. Miguel, nos Açores, e um dos seus vinte maiores proprietários. Casando com uma prima morgada, Maria Guilhermina Tavares Brum da Silveira, José do Canto passou a administrar-lhe os onze vínculos que se distribuía por S. Miguel, mas também pela Terceira, Pico e Faial, acrescentando-lhe ao longo da sua vida imensa área de terra através de compras, aforamentos e permutas. Aparentemente dispersa, a distribuição do património fundiário da casa administrada por José do Canto era o resultado de um constante esforço de concentração e continuidade geográfica entre as parcelas. Acresce que, sempre que possível, este eminente botânico, camoniano e *gentleman farmer* micaelense tentou com afinco que as aquisições configurassem limites precisos, reconhecíveis nas linhas que desenham o território: estradas, escarpas, ribeiras.

Na gestão atenta do património fundiário, José do Canto trazia uma parte das terras arrendadas, actualizando constantemente as listas de rendeiros e de terras medidas e *cerradas*, e outra parte meticulosamente cultivada, ensaiando novas culturas e técnicas agrárias. Residindo por 15 anos em Paris, teve que administrar as terras à distância através de longas instruções enviadas aos feitores. Estas ordens epistolares continham uma precisão toponímica que não consta na cartografia coeva.

## 1. A cartografia

Este capítulo trata da reconstituição de uma propriedade situada na margem sul da Lagoa das Furnas, que José do Canto começou a adquirir nos anos cinquenta de Oitocentos e onde vai erguer uma capela-memorial de desenho erudito sobre o fundo de uma mata ajardinada (Sousa 2000; Albergaria 2000). Os documentos dos arquivos públicos descrevem esta propriedade exaustivamente, seja nas instruções de plantações e culturas, seja para os projectos que irá desenvolver, contratando arquitectos e paisagistas de nomeada em Londres e Paris. A propriedade é dividida pela Estrada Real n.º 13, que vem de Vila Franca do Campo para as Furnas, chamando José do Canto “Forno da Cal” à parte situada a nascente da estrada e “Fajã das Rabaças”, ou “Terrenos que eram do Gonçalo d’Athaíde”, à parte situada a poente e que confina com a lagoa das Furnas. Mas nem a cartografia da época, nem a cartografia actual registam sequer os principais topónimos da zona, como o então célebre e muito procurado pelas vistas proporcionadas “Pico da Vigia”.

Reflectindo o seu pensamento à escala do território, José do Canto tinha uma carta pessoal da ilha<sup>2</sup>. Esta carta será uma cópia mandada tirar coligindo a informação de outras duas: para o perímetro, recorreu-se à mais rigorosa Carta de 1844 do capitão Vidal da Marinha de Guerra Britânica e, para figurar o interior da ilha, serviu a Carta de 1824 do tenente-coronel engenheiro José Carlos Figueiredo<sup>3</sup>. Nesta carta de José do Canto localizam-se, com a mesma imprecisão da carta de 1824, o Pico da Vigia e a Feija do Rabaça, topónimo que também encontrei declinado em “Fajã das Labaças” e que acaba por estabilizar como “Fajã das Rabaças”. A localização precisa do Pico da

<sup>2</sup> Carta da ilha de S. Miguel, cópia de José do Canto. Tinta sobre papel, sem rótulo, s.d. Centro de Documentação da Universidade dos Açores [UACSD], Fundo Brum da Silveira – Arquivo José do Canto [FBS-AJC].

<sup>3</sup> Carta Militar e Topo Hydrografica da Ilha de S. Miguel levantada em 1822 e deenhada em 1824 tudo pelo Tenente Coronel Engenh.º José Carlos Figueiredo, cópia de 1879. Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada [BPARPD] – Fundo Ernesto do Canto, Cartografia [FEC, Cart.], Pasta IV – n.º 74.

Vigia é-nos dada por um *sketch* do turista inglês Ruppert Swindells (1877): nesse desenho vemos, logo abaixo do Pico da Vigia donde é tirada a vista, um promontório a avançar obliquamente sobre a Ribeira Quente anichada no canto inferior direito. A Carta dos *Trabalhos Geodésicos* de 1897<sup>4</sup> mostra-nos o dito promontório com o nome de Thesouras e um marco geodésico no seu lombo com a cota 421. Como se pode deprender da vista tirada, Swindells sentou-se para desenhar no mesmo sítio onde, na carta, assenta o T de “Thesouras”, a oeste do marco geodésico.

Também os textos de viagens confirmam aquela localização ao situá-lo na borda de uma *grande cratera*, a começar pelo relatório de Mouzinho de Albuquerque, em missão oficial na ilha no Verão de 1825: “*Entre a lagôa sècca, e o mar eleva-se o Pico chamado da Vigia, junto do qual está huma antiga, e larga cratera [...]. A cratera chama-se no Paiz a cova da burra*” (Albuquerque 1826: 41). Ruppert Swindells, o já mencionado turista desenhador, confirma: “*It was not long before we began to ascend rapidly, our destination being a high peak overlooking the sea on the south side of the island, from which position there was a very extensive and beautiful view. The way up to this “Pico de Vegia”, as it is called, was along the side of the mountain, forming part of the edge of the crater*” (Swindells 1877: 85). Walter Frederick Walker, outro inglês em digressão pelas ilhas açorianas, mas este com a autoridade de ser *fellow of the Royal Geographical Society* e sócio correspondente da Sociedade de Geografia de Lisboa, reitera: “*Between this Lagôa Secca and the sea rises the Pico da Vigia, at the foot of which is an immense crater, [...]. The surface of the crater, which is called “a Cova da Burra,” or the asses’ grave, is covered with scrub and underwood*” (Walker 1886: 215).

Olhando directamente para o território, e para a sua representação na *Carta Militar de Portugal* na sua edição mais recente, folhas 33 (2002) e 34 (2003) na escala 1:25.000, só há uma depressão circular que poderia ser tomada por uma “cratera”, logo, por uma “cova”, sobre a escarpa da Ribeira Quente: a que na dita carta tem assinalada a cota 371m praticamente ao centro (ver Figura 1). Pela posição contígua, a depressão confirma a localização do Pico da Vigia e pelas descrições anteriores e pela sua própria morfologia sabemos que se chamava “Cova da Burra”. Fica por explicar a estranha deslocação deste topónimo para nordeste, para os despenhadeiros sobre a ribeira Quente, pela última campanha do Instituto Geográfico do Exército. Também a forma oblonga do Pico da Pedra Pomes, figurada na já referida Carta de José Carlos Figueiredo, permite reconhecê-lo no actual Pico da Areia, e os textos confirmam-no ao dizerem-no ladear a estrada da Ribeira Quente, cujo risco ainda é visível no local e na Carta Militar actual a ladear a escarpa que dá para a ribeira homónima.

Ainda na mesma Carta Militar, encontramos o topónimo “Covões” a nomear as grotas que sulcam a falésia a sul da Cova da Burra contemporânea de José do Canto. Mas os textos oitocentistas localizam-nos mais a poente, na área onde a dita Carta Militar situa o Pico dos Covões, enquanto os documentos de José do Canto parecem localizá-los mais a norte, na proximidade imediata da Grota de Diogo Preto. O que concorda com o capitão do Real Corpo de Engenheiros Francisco Borges da Silva que, na sua extensa descrição física da ilha de S. Miguel em 1813, chama “Covão grande” à chã que antecede a chegada à lagoa das Furnas vindo de Vila Franca do Campo (Silva 1813, tomo 10: 81, 81v). De Borges da Silva, e também pelo significado literal do topónimo, deprende-se que se chamavam Covões às sucessivas depressões a sul da lagoa. Comprovando-o, numa lista manuscrita com o *Calculo do terreno cultivado de*

<sup>4</sup> Carta Chorographica da Ilha de S. Miguel, Levantada pela Direcção Geral dos Trabalhos Geodésicos em 1897, Escala 1:50.000. BPARPD-FEC, Cart., Pasta III – n.º 38.

*Pinheiros*, José do Canto decompõe o “terreno de Gonçalo d’Athaíde” em Fajã das Rabaças, que corresponderia à parte marginal à lagoa, e Covões, para a parte interior do prédio (Borges 2008, Vol. 2: 180).

Figura 1. *Carta Militar de Portugal*, folhas 33 (2002) e 34 (2003)<sup>5</sup>



## 2. Uma planta para as plantas

Uma folha maltratada mas indiscutivelmente cartografada de modo a acompanhar instruções para o plantio, localizando-o, e que encontrei nos papéis avulsos de José do Canto no Centro de Documentação da Universidade dos Açores, contém grande parte da micro-toponímia da propriedade das Furnas (ver Figura 2). Deduzo que tenha sido esboçada a partir do levantamento da propriedade feito em 1864 por Mr. Lainé, um técnico colaborador dos paisagistas Georges Aumont e de Barillet-Deschamps, que José do Canto contratara em Paris para lhe desenhar um parque à imagem do Bois de Boulogne (Borges 2008, Vol. 1: 435-439). Reconhecemos a propriedade pela Estrada Real n.º 13 que ligava Vila Franca do Campo às Furnas e que divide o desenho ao meio. Para nascente, ou seja na parte superior do desenho, reencontramos o Pico da Pedra Pomes e a Cova da Burra, bem como a Estrada da Ribeira Quente, nas suas posições correlativas. Ainda deste lado ficamos a saber do Pico do Fogo no círculo riscado com paralelas pontuadas, a indicar um desenho de plantio em que reconhecemos as “*veredas longitudinaes*” de uma descrição de c.1856 (Borges 2008, Vol. 2: 143). O Pico do Fogo, como o nome indica, corresponde ao doma traquítico resultante da erupção de 1630 (Forjaz 1998: 138).

<sup>5</sup> Topónimos (a branco) da propriedade da Lagoa das Furnas de José do Canto e delimitação (a branco) da propriedade de José do Canto deduzida do Projecto de Georges Aumont, da topografia e da descrição das confrontações (Sousa 2000) sobre *Carta Militar de Portugal*, Instituto Geográfico do Exército, folhas 33 (2002) e 34 (2003).



Figura 2. Planta esquemática da propriedade de José do Canto na Lagoa das Furnas<sup>6</sup>

A norte do Pico do Fogo (à esquerda, no desenho), confirmamos a Chã do Forno da Cal, que dá o nome a todo este lado da propriedade. O topónimo “Chã do Chão”, que encontramos em seu lugar na actual Carta Militar, poderá explicar-se como a corruptela de “Chã do Chá”, de que terá havido uma plantação, segundo informa Isabel Albergaria (2005: 103). Do outro lado da estrada, junto a um pequeno rectângulo indiciador de uma construção, temos o Tornino, que dá o nome à chã defronte, e que por vezes aparece nas fontes escritas como “Torninho de Água” e ainda “Fornino”. A Ribeira do Rosal, que no século seguinte passará a ser “do Rosário”, sulca a várzea em curva e contracurva até encontrar a recta da Estrada Real, que abriga, novamente do lado oposto, a Chã da Grota de Diogo Preto.

A planta identifica ainda o Lombo do Mosquito na encosta que resguarda a chã do Tornino a poente, onde se anota o plantio de Carvalhos, Castanheiros e Bétulas, corrigindo a posição indicada na Carta Militar, onde figura mais para poente. As restantes anotações dão conta de plantio de árvores de outras essências, ou ainda dos “Fedôres”, fumarolas situadas a nascente da estrada e que eram então, tal como o Pico da Vigia ou a Gruta do Eco, motivos de excursão turística de que hoje não restam quaisquer vestígios.

### 3. Da estrada da Gaiteira à Avenue du Lac

Na *Planta da Lagoa das Furnas*<sup>7</sup> rubricada por Augusto Cabral, funcionário da Repartição das Obras Públicas de Ponta Delgada nos princípios do século XX, assinalam-se com o nome de “Saltos” as várias cascatas que drenavam as águas do planalto da Achada das Furnas despenhando-se sobre a lagoa. Com a domesticação das águas do planalto na segunda metade do século XX, todas estas cascatas desapareceram. Naquela planta, a primeira cascata registada a sul tem o nome de “Salto de José do

<sup>6</sup> UACSD, FBS-AJC. Tinta sobre papel, sd.

<sup>7</sup> Planta da Lagoa das Furnas, Escala 1/5000, Francisco Júlio da Silva copiou, rubricada por Augusto Cabral, s.d. UACSD, FBS-AJC.

Canto”, correspondendo ao Oitocentista Salto das Maças (ou dos Macuões), extrema da propriedade a poente. A planta contorna o Lombo do Mosquito para sul e regista ainda a Ribeira do Rosário e a Grota de Diogo Preto. Esta aparece desenhada sobre a linha de água com linhas pretas paralelas a entroncar na “Estrada Real” representando assim um caminho. Descobrimo o que resta do caminho ainda no sítio (devidamente assinalado na Carta Militar actual), e revisitando as cartas das estradas do século XIX, nomeadamente a Carta de 1887<sup>8</sup>, ou a também já mencionada *Chorographica* levantada em 1897 pela Direcção Geral dos Trabalhos Geodésicos, que o legenda como caminho para “*cavalleiros ou pedestres*”, percebemos que estamos no antigo “caminho da Gaiteira” que era a estrada Vila Franca – Furnas, antes do novo traçado projectado pelas Obras Públicas nos anos sessenta de Oitocentos. Naquela cartografia, a antiga estrada tomava neste troço o nome da Grota de Diogo Preto.

A descrição das confrontações da propriedade rascunhada por José do Canto confirma-o: “*pelo ponente confina com terrenos de que é Senhorio directo o Coronel Antonio Casimiro Silveira Moniz ate chegar ao Caminho que desce da Grota de Diogo Prêto, e conduz para as Furnas, a par do qual caminho corre esta propriedade ate chegar ao lugar em que desemboca a Ribeira do rosal, em que torna a remontar a dita propriedade [...] até chegar ao salto dos Macuões, que fica sobre a Lagoa das Furnas*” (Sousa 2000: 202, sublinhado do autor). Chama-se “grota”, nos Açores, a uma linha de água profunda. Para percebermos como a estrada era profundamente escavada pelas águas e cavalgadas no terreno de pedra-pomes, mais eloquente do que as apertadas curvas de nível é a ilustração dos irmãos Bullar (1841) com a legenda “*Sunken pumice lane*”.

Um documento excepcional da Repartição das Obras Públicas de Ponta Delgada datado de 1876 apresenta, sobrepostas na mesma carta topográfica (ver Figura 3), a antiga estrada da Gaiteira (desenhada a preto), a estrada nova projectada na década anterior pelos engenheiros nacionais (a vermelho) e a alternativa de risco francês proposta por José do Canto (a azul), legendada como *Avenue du Lac* no projecto original (Borges 2008, Vol. 1: 443-448), que vai ser a solução adoptada e é, ainda hoje, a estrada em que chegamos à Lagoa das Furnas vindos de Vila Franca, atravessando as chãs da Grota de Diogo Preto e do Tornino. Como se pode ver na dita planta, a partir da Chã de Diogo Preto a alternativa de José do Canto sobrepõe-se ao traçado existente, ainda que devidamente sobrelevada e calçetada, e modernizada pelo perfil de alameda com compasso regular de árvores e valetas de drenagem. Embora tivesse um declive maior, a variante apresentada por José do Canto reduzia a extensão do lanço em mais de 400 metros e foi orçamentada em menos de metade do custo da versão oficial. Depois da análise no local por um coronel do Ministério das Obras Públicas em 1874, a *Avenue du Lac* foi finalmente aprovada em 1877. A persistência nesta proposta e a oferta por José do Canto de comparticipação no custo da obra na parte que confinava com as suas terras revelam a importância que o micalense dava à estrada enquanto linha de limite da propriedade. Contornando o covão pela encosta nascente, a estrada na versão desenhada pelas Obras Públicas desagregava-lhe a Chã de Diogo Preto do resto da propriedade.

---

<sup>8</sup> Carta das Estradas, Ilha de S. Miguel, Escala 1:50.000. Cópia do original na Repartição d'Obras Publicas de Ponta Delgada por C. Zagallo, Julho de 1887. BPARPD-FEC, Cart., Pasta III, n.º 37.

Figura 3. Projecto para construção da estrada real n. 13 entre Vila Franca e Vale das Furnas<sup>9</sup>



O conjunto de documentos anteriormente descrito e analisado permitiu localizar os topónimos principais da propriedade da Lagoa das Furnas de José do Canto na actual Carta Militar, e perceber como coincidem com figuras topográficas precisas (ver Figura 1).

Data de 1867 o projecto paisagista de Georges Aumont para a totalidade da propriedade da Lagoa das Furnas. Aumont era colaborador do mais conhecido Jean-Baptiste Barillet-Deschamps, membro destacado da demolidora equipa parisiense de Adolph Alphand, e que já antes havia apresentado um projecto para a Chã do Forno da Cal (Albergaria 2000: 224-226; Borges 2008, Vol. 1: 435-440). Usando como referente a Estrada Real, desenhada no projecto com o traçado proposto por José do Canto, sobreposemos o plano de Aumont à cartografia militar. Pudemos então verificar, primeiro, o assinalável rigor do levantamento do técnico Lainé, que serviu de base ao projecto, e segundo, a pertinência topográfica da composição paisagista reconhecendo as formas e linhas existentes e integrando-as no plano geral: desde a circunvalação em espiral do Pico do Fogo à clareira no Pico da Pedra Pomes, dos relvados ovais das Chãs ao sombreamento dos bordos da Cova da Burra.

### Conclusão

Localizar num mapa os lugares que compunham a propriedade de José do Canto na Lagoa das Furnas e definir-lhe os limites parecia uma tarefa impossível: a toponímia actual perdeu a memória e a cartografia do século XX não a registou. O subtítulo *Fieldwork in Landscape History* de uma história da paisagem inglesa (Muir 2006) atirou-me para o terreno. Apesar da aparente evidência da leitura das cartografias recolhidas, a localização dos principais lugares a partir dos quais se poderiam

<sup>9</sup> Direcção d'Obras Publicas, Districto de Ponta Delgada, Projecto para a construção da estrada real n.º 13 entre Villa Franca e o Val das Furnas, 4.º Lanço entre os perfis n.ºs 1294 e 1595Bis e respectiva variante, Planta, escala 1,0m/2:500, [...], 1876. UACSD, FBS-AJC.

referenciar os outros, como o Pico da Vigia, a Cova da Burra ou a Grota de Diogo Preto, não teria sido possível sem o reconhecimento do terreno *in loco*. Richard Muir é um autor que toma o território como o primeiro documento a estudar, a primeira fonte a interpretar. Na conhecida imagem do território como *palimpsesto*, proposta por André Corboz, a sucessiva rasura e reescrita dos usos não apaga certas linhas e formas que se revelam permanências de longa duração e que, por causa dessa mesma longevidade, estruturam o desenho da paisagem.

Assim, foi através do cruzamento da análise da cartografia oficial com a cartografia rascunhada de José do Canto e a insubstituível leitura da paisagem no local, que recuperei e fixei os nomes numa carta. As diversas *Descrições, Notas de Despesa, Medições e Instruções para os feitores* da propriedade da Lagoa das Furnas (Borges 2008, Vol. 2: Anexos) confirmavam os topónimos deduzidos e, finalmente, o projecto paisagístico de 1867, assinado por Georges Aumont, para aquela mesma propriedade confere com a mapeação resultante. Definido o desenho com a delimitação da propriedade (ver Figura 1), é possível aferir da intencionalidade com que José do Canto fazia as suas aquisições fundiárias: a configuração de uma unidade geográfica reconhecível era o seu critério principal.

### Fontes Primárias

- Albuquerque, Luiz da Silva Mouzinho de, e Inácio Pita de Castro Menezes. 1826. *Observações sobre a Ilha de S. Miguel, recolhidas pela Comissão enviada à mesma ilha em Agosto de 1825, e Regressada em Outubro do Mesmo Anno*. Lisboa: Impressão Regia.
- Bullar, Joseph M. D. e Henry Bullar. 1841. *A Winter in the Azores and a Summer at the Baths of the Furnas*. Paternoster Row: John van Voorst.
- Silva, Francisco Borges da. c. 1813. *Topographia particular, e segunda parte da descrição Phisica, Civil, Politica, e histórica da Estatística geral e particular da Ilha de S. Miguel, em Variedades Açorianas*, série manuscrita.
- Swindells, Ruppert. 1877. *A Summer Trip to the Island of St. Michael, the Azores*. Manchester: Printed for Private Circulation.
- Walker, Walter Frederick. 1886. *The Azores or Western Islands, a Political, Commercial and Geographical Account*. London: Trubner & C<sup>a</sup>.

### Referências

- Albergaria, Isabel Soares de. 2000. *Quintas, Jardins e Parques da Ilha de S. Miguel 1785-1885*. Lisboa: Quetzal Editores.
- Albergaria, Isabel Soares de. 2005. *Parques e Jardins dos Açores*. Lisboa: Argumentum.
- Borges, Pedro Maurício. 2008. *O Desenho do Território e a Construção da Paisagem em S. Miguel, Açores, na segunda metade do século XIX, através de um dos seus protagonistas*. (Tese de Doutoramento não publicada). Universidade de Coimbra. Disponível [aqui](#).
- Forjaz, Victor Hugo. 1998. *Alguns Vulcões da Ilha de S. Miguel, I Parte*. Ponta Delgada: Observatório Vulcanológico e Geotérmico dos Açores.
- Muir, Richard. 2006. *The New Reading of the Landscape, Fieldwork in Landscape History*. Exeter: University of Exeter Press.
- Sousa, Nestor de. 2000. *A Capela de Nossa Senhora das Vitórias e outros temas de romantismo artístico na vida de José do Canto*. Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada.